



ANEXO III

REGRAS PARA O CREDENCIAMENTO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Este documento tem por objetivo estabelecer parâmetros para o credenciamento de Sociedades de Advogados regularmente constituídas, para futura celebração de contrato de prestação de serviços jurídicos de natureza contenciosa e consultiva, conforme as regras estabelecidas para cada área de atuação, em todos os Estados da República Federativa do Brasil e no Distrito Federal, sem dever de exclusividade entre as Partes.

Trata-se de credenciamento para composição de banco de Escritórios habilitados a prestar os serviços jurídicos nas modalidades estabelecidas no item anterior, não gerando para a FUNCEF a obrigação de contratar e não a impedindo de contratar de maneira direta para demandas específicas não abrangidas pelas modalidades estabelecidas neste documento, visto que esta Fundação é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado.

As especificações técnicas e informações adicionais para que os interessados apresentem suas propostas constam no Termo de Processo de Credenciamento ('TPC').



1. OBJETO

- 1.1 Credenciar Escritórios de Advocacia (“Sociedades de Advogados”) para compor banco de interessados habilitados a firmar contrato padrão, a critério da FUNCEF, cujo escopo é a prestação de serviços na área do Contencioso e de Consultoria Jurídica, atuando nas instâncias administrativa e judicial, podendo executar os serviços jurídicos em caráter complementar aos realizados pelos advogados do quadro de empregados da Fundação.
- 1.1.1 O credenciamento de Sociedades de Advogados permitirá eventual contratação de terceirizados para suprir necessidades do Contencioso e de Consultoria devido à dispersão das demandas ajuizadas ou questionadas em face da FUNCEF em relação à quantidade de demandas jurídicas e ações judiciais que envolvem a Fundação; além da ausência de estrutura logística para acompanhar e diligenciar tempestivamente em processos distribuídos por todo território nacional.
- 1.1.2 Além do contingente contencioso judicial de massa, a FUNCEF possui demandas de natureza estratégica/consultiva que necessitam de Sociedades de Advogados com notória especialização e vasta experiência para resguardar os seus interesses, observando-se as constantes atualizações jurídicas, modificações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, tudo isso em conjunto e em complementação ao jurídico interno.
- 1.2 O objeto deste documento limita-se ao credenciamento, não gerando para os candidatos selecionados o direito à celebração do contrato.
- 1.3 As Sociedades de Advogados interessadas poderão requerer o Credenciamento para uma ou mais modalidades de prestação de serviços jurídicos, conforme abaixo:
- I) **CONTENCIOSO**; e/ou
- II) **ESTRATÉGICO/CONSULTIVO**;
- 1.3.1 Para o **CONTENCIOSO**, a Sociedade de Advogados habilitada prestará, dentre outros, os seguintes serviços:
- a) A prática de todo e qualquer ato em processos judiciais e/ou administrativos em que a Fundação, quer como parte, assistente ou terceira interessada, em trâmite na Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, inclusive Tribunais de Segunda Instância em todo o território nacional e Tribunais Superiores, incluindo a elaboração de petição inicial de ações ordinárias, cautelares ou especiais; defesas; exceções; incidentes; reconvenção; arguições; recursos; liquidação; impugnação; embargos de devedor; ação rescisória; medidas



cautelares, além de realização de audiências; bem como qualquer outro ato ou medida adequada ao patrocínio dos interesses da FUNCEF.

1.3.2 Para a modalidade **ESTRATÉGICO/CONSULTIVO**, a Sociedade de Advogados habilitada prestará, dentre outros, os seguintes serviços:

- a) Defesa de demandas estratégicas judiciais e/ou administrativas no interesse da FUNCEF perante o Poder Judiciário, a Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ministério Público, Estadual, Federal e do Trabalho, Caixa Econômica Federal (CAIXA) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Receita Federal; ou quaisquer outros Órgãos de Fiscalização e Controle da Administração Pública, observado o local de tramitação do procedimento;
- b) Assessoria Jurídica na elaboração de minutas de respostas a pedidos de informações formulados pelos Órgãos e Instituições citadas no item acima;
- c) Assessoria Jurídica na elaboração de minutas de acordos, convênios, contratos, certidões, atestados e ofícios;
- d) Elaboração de pareceres; e
- e) Patrocínio dos interesses da FUNCEF, em Processos/Procedimentos Administrativos em trâmite perante os órgãos mencionados na alínea “a”, incluindo, mas não se limitando a:
 - I. Processo de Prestação de Contas;
 - II. Processo de Tomada e Prestação de Contas Especial;
 - III. Processo de Auditoria Especial;
 - IV. Processo de Denúncias;
 - V. Procedimentos oriundos de Auto de Infração; e
 - VI. Qualquer outra medida que envolva os interesses da Fundação.
- f) Patrocínio dos interesses da FUNCEF, em Processos/Procedimentos Arbitrais ou de mediação perante as Câmaras eleitas para conduzir cada um deles;
- g) Elaboração de estudos jurídicos, pareceres e recomendações jurídicas sobre os investimentos mobiliários e imobiliários; aquisições ou alienações de participações detidas ou que venham a ser detidas direta ou indiretamente pela FUNCEF, em quaisquer sociedades,



consórcios, fundos de investimentos e quaisquer outros investimentos regulamentados no país;

- h) Elaboração ou revisão de atos societários, contratos ou outros atos jurídicos necessários à defesa dos interesses da FUNCEF, que poderão incluir, dentre outros, contratos de compra e venda de quaisquer ativos (incluindo ações), acordos de acionistas, editais, avisos, comunicados de fatos relevantes e demais instrumentos pertinentes;
- i) Participação em reuniões com os acionistas ou quotistas, diretos e indiretos (inclusive representação da FUNCEF em assembleias gerais de companhias investidas), bem como com os respectivos administradores ou gestores, das sociedades, dos empreendimentos, dos fundos de investimentos;
- j) Elaboração de contratos referentes à compra e venda de imóveis; locações; à prestação de serviços de construção, de administração hoteleira, de administração de shoppings; consórcios; convenções de condomínio; regimentos internos e demais documentos jurídicos atinentes ao ramo do direito imobiliário;
- k) Conhecimento na condução de processos internos de apuração de responsabilidade de acordo com os normativos da FUNCEF;
- l) Realização de diligências criminais na fase inquisitorial ou judicial (estadual ou federal), junto ao Ministério Público ("MP"), à Polícia Federal ("PF") e/ou à Polícia Civil ("PC"), e/ou de recuperação de ativos em todos os Estados da Federação.

1.3.2.1 Considerar-se-á **Processo Estratégico** a demanda que se enquadre em pelo menos um dos critérios abaixo, sem prejuízo da avaliação do advogado do quadro da Fundação:

- a) Matéria Tributária, desde que não decorrente de disposições contratuais entre lojistas, cotistas e locatários;
- b) Apuração interna de responsabilidade;
- c) Processos coletivos, exceto desdobramentos em liquidação/execução quer individual quer promovida por sindicato ou por associação;
- d) Processos arbitrais;
- e) Ações de recuperação judicial ou falência, bem como insolvência civil;
- f) Demandas envolvendo membro e/ou ex-membro de órgão estatutário da Fundação;



- g) Pleitos envolvendo recuperação de ativos;
- h) Atos que envolvam atuação com PREVIC, CVM, TCU, CGU, PF, PC e MP, dentre outros Órgãos de Fiscalização e Controle;
- i) Ações movidas por ex-empregados da FUNCEF ocupantes de cargos estratégicos;
- j) Termos de Ajustamento de Conduta e/ou Acordos judiciais/administrativos, inclusive de (não) Persecução cível ou criminal, perante órgãos de fiscalização, policiais, ministeriais, judiciais ou outros; e
- k) Acordo de Leniência e Colaboração.

1.3.2.2 Não obstante os critérios objetivos acima, também poderão receber a classificação como Processo Estratégico, todas as demandas que envolvam pessoas física e/ou jurídica, Órgãos de Fiscalização e/ou Controle, em âmbito administrativo e/ou judicial, cujo objeto seja considerado relevante a partir da análise dos aspectos jurídicos, políticos, financeiros ou sociais, considerados em conjunto ou isoladamente, realizada pelo gerente jurídico, coordenador jurídico ou advogado interno da FUNCEF.

1.4 Os serviços descritos nos itens 1.3.1 e 1.3.2 são meramente exemplificativos, de modo a demonstrar o serviço a ser prestado em cada modalidade.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Credenciamento, as Sociedades de Advogados regularmente constituídas, que comprovem os requisitos e condições básicas de habilitação, credenciamento e contratação abaixo:

- I. Atender a todas as condições e requisitos de habilitação estabelecidas neste Regramento e no TPC;
- II. Não ser a Sociedade de Advogados integrada, na qualidade de sócio, associado ou empregado, por: (i) empregados da FUNCEF (ii) pessoas que exerçam cargo estratégico na Fundação na condição de Diretor ou Conselheiro (Fiscal ou Deliberativo) da FUNCEF, (iii) pessoas que exerçam cargos estratégicos na Patrocinadora. A vedação contante deste item se estende aos cônjuges, companheiros, conviventes ou parentes até o terceiro grau das pessoas indicadas nos itens (i), (ii) e (iii);
- III. Não ter a Sociedade de Advogados ações judiciais contra a FUNCEF;



- IV. Não estar a Sociedade de Advogados em mora ou inadimplente com a FUNCEF;
- V. Estar regularmente constituída e inscrita junto à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB na data de publicação do TPC, e durante todo o período de vigência do contrato;
- VI. Estar em dia com suas obrigações administrativas e legais junto à OAB;
- VII. Estar a Sociedade de Advogados e seus advogados (sócios, empregados e associados) em dia com suas obrigações fiscais, inclusive durante o período de vigência do contrato;
- VIII. Possuir sede ou filial com instalações físicas;
- IX. Preencher os requisitos mínimos estabelecidos no item 4.5 deste documento;
- X. Possuir, às suas expensas, equipamentos e programas de informática atualizados, correio eletrônico, telefones fixos e telefones móveis para contatos urgentes, e, ainda, equipamentos, serviços e programas para conexão, armazenamento, transmissão e comunicação de dados e informações;
- XI. Em caso de falha no sistema de Gestão Jurídica da Fundação, a CONTRATADA deve manter backup/controle paralelo próprio dos processos sob sua responsabilidade, visando evitar perdas de prazo e eventuais prejuízos à FUNCEF; e

2.2 Não será admitida neste Credenciamento a participação de Sociedades de Advogados que se enquadrem nas situações descritas abaixo:

2.2.1 Esteja em estado de insolvência civil nos termos do artigo 955 da Lei 10.406/2002;

2.2.2 Constituída por Sociedade de Advogados que esteja suspensa, impedida ou declarada inidônea, conforme registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

2.2.3 Cujo sócio tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a FUNCEF ou CAIXA há menos de 18 (dezoito) meses.

3. DO CADASTRO, DA CERTIFICAÇÃO E DO ENVIO DE DOCUMENTOS

3.1 Para participar deste Credenciamento os interessados deverão providenciar o cadastro, certificação e envio de documentos conforme orientações contidas no TPC e seus anexos.

3.2 A data a ser considerada para início da análise da validade dos documentos de habilitação, será a de seu envio para o e-mail ou sistema indicado.



4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1 Para o Credenciamento, as Sociedades de Advogados interessadas terão que satisfazer os requisitos relativos à:

- a. Habilitação jurídica;
- b. Declarações Específicas, conforme definido abaixo;
- c. Regularidade econômico-financeira, fiscal e trabalhista; e,
- d. Qualificação técnica.

4.2 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

4.2.1 Contrato social vigente registrado no Conselho Seccional da OAB, da Sociedade de Advogados (matriz ou filial) que irá atuar no contrato derivado deste Credenciamento;

4.2.2 Certidão de regularidade financeira da Sociedade de Advogados que irá atuar no contrato derivado deste Credenciamento, perante o Conselho Seccional da OAB no qual se encontram registrados, dentro de seu prazo de validade, ou emitida nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de envio da documentação para o credenciamento;

4.2.3 Certidão negativa de condenação em processo disciplinar expedida pela respectiva Seccional da OAB para sócios com mais de 10% (dez por cento) da sociedade, dentro de seu prazo de validade, ou emitida nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de envio da documentação para o credenciamento;

4.2.4 Cópias das carteiras ou caderneta de inscrição junto à Seccional da OAB ou declaração do órgão, dos sócios descritos no item anterior;

4.2.5 Relação nominal de todos os sócios e dos demais advogados, indicados para prestar serviços para a FUNCEF.

4.3 A documentação relativa às **Declarações Específicas** consistirá em:

4.3.1 Declaração que a Sociedade de Advogados e os advogados que em nome dela atuam não estejam patrocinando cliente que tenha ação em desfavor da FUNCEF; e

4.3.2 Declaração de não parentesco, informando que não possui em seu quadro de sócios, associados e/ou empregados, cônjuges, companheiros, pais, madrasta, padrasto, filhos, enteados, irmãos ou quaisquer outros



parentescos, até o 3º grau, de empregados da FUNCEF, detentores de cargos estratégicos na FUNCEF ou na Patrocinadora.

- 4.4 A documentação relativa à **regularidade econômico-financeira, fiscal e trabalhista** poderá ser solicitada a qualquer tempo pela COSAD.
- 4.5 A **qualificação técnica** será comprovada mediante o preenchimento dos requisitos mínimos estabelecidos na tabela abaixo tanto para a modalidade **CONTENCIOSO** quanto para **ESTRATÉGICO/CONSULTIVO**. Serão eliminadas aquelas Sociedades de Advogados Interessados que não conseguirem demonstrar o atendimento dos referidos quesitos.

I) CONTENCIOSO

| | QUESITOS |
|---|---|
| 1 | Tempo mínimo de inscrição na OAB para cada sócio de 3 (três) anos, nas seguintes condições: a) quando a Sociedade de Advogados possuir até 03 (três) sócios todos deverão preencher esse requisito; e b) quando a Sociedade ultrapassar esse quantitativo de sócios, a comprovação limitar-se-á a 03 (três) sócios. |
| 2 | A comprovação se dará mediante apresentação de, no mínimo, 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica apresentado(s) por cliente(s) da Sociedade de Advogados. |

II) ESTRATÉGICO/CONSULTIVO

| | QUESITO |
|---|---|
| 1 | Tempo mínimo de inscrição na OAB para cada sócio de 3 (três) anos, nas seguintes condições: a) quando a Sociedade de Advogados possuir 03 (três) sócios todos deverão preencher esse requisito; e b) quando a Sociedade ultrapassar esse quantitativo de sócios, a comprovação limitar-se-á a 03 (três) sócios. |
| 2 | Prestação de serviços por meio de contratos na área jurídica de natureza societária, arbitral, tributária, civil (contratual e empresarial), regulatória, imobiliária, constitucional, criminal e previdenciário. A comprovação se dará mediante apresentação de, no mínimo, 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica apresentado(s) por cliente(s) da Sociedade de Advogados. |



- 4.6 O Requerimento de Pré-Qualificação deverá ser apresentado, preenchido e assinado.
- 4.7 Ao preencher o Requerimento de pré-qualificação para o Credenciamento a Sociedade de Advogados deverá indicar a(s) Modalidade(s) de seu interesse e declarar ainda que a Sociedade de Advogados, seus sócios, advogados empregados e advogados associados não se enquadram em qualquer dos impedimentos previstos no TPC e neste documento, se for o caso.
- 4.8 O Requerimento de Pré-qualificação para o Credenciamento deverá ser subscrito e assinado digitalmente pelo representante legal da Sociedade de Advogados, ou procurador devidamente habilitado por instrumento de mandato.
- 4.9 Na hipótese de qualquer documento vir assinado por procurador, também deverá ser apresentado o respectivo instrumento de mandato, lavrado na forma pública ou particular, esta última com assinatura digital ou com a firma do subscritor reconhecida em Cartório. Qualquer documento físico deve ser digitalizado e inserido no sistema. Caso necessário este deverá ser autenticado digitalmente.
- 4.10 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado.
- 4.11 Além da documentação de habilitação (itens 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 deste documento) a Sociedade interessada deverá subscrever Termo de Confidencialidade cujo modelo será fornecido pela FUNCEF.
- 4.12 As Sociedades de Advogados interessadas deverão manter as certidões válidas durante todo o Processo de Credenciamento e no momento da contratação.
- 4.13 Caso a FUNCEF identifique a pendência de alguma documentação de habilitação notificará o escritório para que no prazo de até 5 dias úteis apresente os documentos faltantes sob pena de inabilitação. Serão aceitos protocolos de solicitação para dilação do prazo quando não for possível a emissão dos documentos tempestivamente, porém a habilitação do escritório ficará condicionada a apresentação da documentação em conformidade com as regras do Credenciamento.

5 DA INABILITAÇÃO



- 5.1 Será inabilitada a Sociedade de Advogados interessada que:
- I) Não apresentar, de forma completa e correta, a documentação de habilitação na data fixada no TPC;
 - II) Possua registro de ocorrência que a impeça de contratar com a FUNCEF.
- 5.2 A inabilitação da Sociedade de Advogados importará preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes, contudo, não impedirá sua participação na próxima oportunidade de Credenciamento, se houver, desde que atenda às condições de habilitação e demais exigências do TPC.

6 DA CONTRATAÇÃO

- 6.1 A habilitação no procedimento previsto no TPC e neste documento terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável a critério da FUNCEF, não gerando o direito à contratação, que somente ocorrerá se e quando houver a necessidade do serviço, a critério e escolha exclusiva da FUNCEF.
- 6.2 Serão convocadas para contratar com a FUNCEF as Sociedades de Advogados habilitadas na forma deste processo, a critério da FUNCEF.
- 6.3 Ficam impedidas de serem contratadas para a execução de serviço objeto deste Credenciamento Sociedades de Advogados que se enquadrem em qualquer das situações de impedimento previstas no TPC e neste documento, sem necessidade de justificativa adicional por parte da FUNCEF.
- 6.4 No ato da inscrição a Sociedade interessada deverá apresentar as declarações citadas nos itens 4.3 a 4.3.2 bem como o Termo de Confidencialidade.
- 6.5 Ainda no ato da assinatura do Contrato, contratar Seguro de Responsabilidade Civil sob suas expensas para fazer frente à eventual necessidade de indenização à Fundação ocasionadas por possíveis falhas na prestação de serviços, com o valor da apólice de acordo com a tabela abaixo:

CONTENCIOSO:

- Até 200 ações: seguro de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- De 201 a 500 ações: seguro de, no mínimo, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); e
- Acima de 500 ações: seguro de, no mínimo, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);



CONSULTIVO

- Para a modalidade Consultivo, será necessária uma apólice mínima de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

- 6.5.1 No momento da assinatura do Contrato, caso o escritório esteja credenciado apenas na modalidade CONTENCIOSO, necessitará apresentar apólice mínima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a qual deverá ter seu valor atualizado de acordo com a tabela acima, na medida em que assumir novas ações e atingir os quantitativos determinados. Caso se credencie apenas para a modalidade CONSULTIVO ou para ambas, necessitará apresentar, no momento da assinatura, contratação de apólice no valor mínimo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). A não apresentação do referido seguro poderá impedir a contratação do Escritório pela Fundação.
- 6.6 As Sociedades de Advogados credenciadas terão o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela FUNCEF, para assinatura do contrato.
- 6.7 Poderá a Sociedade de Advogados habilitada perder a sua condição de credenciada até a contratação, se a FUNCEF tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente, só conhecido após o credenciamento, que desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, técnica, declaração falsa ou qualquer outra condição imposta neste documento.

7 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 7.1 O contrato padrão a ser firmado, cuja minuta (Anexo IX) integra este documento para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos Regulamentos da FUNCEF.
- 7.2 A documentação exigida neste documento deverá estar válida na data da assinatura do contrato.

8 DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 Os serviços serão distribuídos de acordo com cada modalidade de prestação de serviço, nas condições abaixo:
- 8.1.1 **CONTENCIOSO** – sob demanda, sem a obrigatoriedade de concentração,

11/16



cujo critério de escolha é de total prerrogativa da FUNCEF;

- 8.1.2 **ESTRATÉGICO/CONSULTIVO** – sob demanda, de acordo com a natureza jurídica, contexto regional, instância decisória e/ou outro eventual aspecto técnico que fundamente a escolha do escritório para a prestação do serviço, a critério exclusivo da FUNCEF.
- 8.2 A FUNCEF se valerá, ainda, de Indicadores de Desempenho como uma das ferramentas para tomada de decisão quanto à distribuição de carteira e continuidade da prestação dos serviços, assim como para a ruptura dos serviços.
- 8.3 A FUNCEF reserva-se no direito de, a qualquer tempo, observada a oportunidade, a conveniência e a necessidade de serviços, redistribuir processos.
- 8.4 Os processos em tramitação judicial, acompanhados pelo Jurídico Interno da FUNCEF ou por terceiros, poderão ser repassados às Sociedades de Advogados contratadas, respeitadas as condições estabelecidas neste documento e no contrato, por critério exclusivo da FUNCEF, respeitado o pagamento de honorários sucumbenciais proporcionais.
- 8.5 Nos casos de distribuição de serviço para patrocínio integral do processo, caberá à Sociedade de Advogados a verificação quanto ao status (ativo/encerrado) do processo quando do recebimento da carteira, bem como realizar todos os atos processuais e diligências necessários e/ou convenientes à defesa dos interesses da FUNCEF, sendo de sua responsabilidade o patrocínio nos respectivos incidentes processuais, ações conexas, liquidações e execuções dos seus julgados, abrangendo sua atuação todos os níveis recursais (TJ, TRF, TRT, STJ, TST, STF etc.), cujo reporte do ato deve ser efetuado previamente à Gerência Jurídica.
- 8.6 Salvo ajuste em contrário, as ações serão ajuizadas e os pareceres e os contratos serão emitidos/elaborados e devolvidos no prazo estabelecido pela FUNCEF, a depender da demanda.
- 8.7 Na atividade judicial contenciosa, distribuído o processo, individualmente ou por acervo, e desde que não seja para o cumprimento de ato(s) específico(s) indicado(s) pela FUNCEF, caberá à Sociedade de Advogados contratada acompanhar e atuar em todas as fases processuais e níveis recursais, observando citações, intimações e o cumprimento dos prazos judiciais, por meio eletrônico ou não, inclusive das Cartas Precatórias em todo o território nacional, em suma, realizando todos os atos processuais e diligências necessários e/ou convenientes à defesa dos interesses da FUNCEF, responsabilizando-se por toda a conduta inadequada e leniente.
- 8.8 O Jurídico interno da FUNCEF poderá definir, a seu critério, que o



acompanhamento dos processos em grau recursal se dê por advogado do quadro ou outro Credenciado específico.

- 8.8.1 Caso ocorra a condição prevista no subitem 8.8, deverá ser indicada sua abrangência limitada aos recursos interpostos aos Tribunais de Segundo Grau de Jurisdição com ou sem extensão aos Tribunais Superiores (STJ, TST e STF) – recursais.
- 8.9 As Sociedades de Advogados contratadas deverão manter constantemente atualizadas, as movimentações processuais, por meio digital no sistema de gestão jurídica da Fundação ou outra forma especificada, no tocante aos processos que estão sob o seu acompanhamento.
- 8.9.1 Em caso de falha no sistema de Gestão Jurídica da Fundação, o escritório é obrigado a manter backup/controlado paralelo próprio dos processos sob sua responsabilidade, visando evitar perdas de prazo e eventuais prejuízos à FUNCEF.
- 8.10 As informações processuais solicitadas pelas coordenações do Jurídico interno da FUNCEF deverão ser fornecidas pelas Sociedades de Advogados contratadas em até 24 (vinte e quatro) horas depois de efetivada a solicitação, salvo se outro prazo for estipulado pelo jurídico interno da Fundação.
- 8.11 A ausência ou o atraso na prestação das informações sujeitará a Sociedade de Advogados contratada às penalidades previstas no instrumento contratual.
- 8.12 As rotinas de prestação de serviços objeto deste documento, que deverão ser observadas e atendidas no relacionamento entre a FUNCEF e a Sociedade de Advogados contratada, implicam na obrigatoriedade de a Sociedade digitalizar documentos, acessar e prestar informações diariamente mediante sistema de gestão jurídica ou banco de dados disponibilizado ou indicado, pela internet ou outro meio eletrônico de comunicação, conforme definição da FUNCEF ou dos Tribunais.
- 8.13 A distribuição de serviços poderá ser suspensa, a critério da FUNCEF, nas seguintes hipóteses:
- a) Notificação de intenção de rescisão do Contrato, na forma estabelecida no contrato de prestação de serviços jurídicos a ser firmado;
 - b) Ocorrência de qualquer das hipóteses de rescisão contratual, até que essa medida seja ultimada; e
 - c) Por conveniência da FUNCEF.



9 DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1 Os serviços serão remunerados de acordo com a Modalidade de prestação de serviços, na estrita conformidade com os critérios estabelecidos no contrato de prestação de serviços jurídicos a ser firmado.
- 9.2 Pelos serviços referentes à modalidade Contencioso de Massa a FUNCEF obriga-se a pagar mensalmente a importância fixa de R\$ 67,16 (sessenta e sete reais e dezesseis centavos), por processo judicial ou administrativo.
- 9.3 Pelos serviços relacionados à modalidade estratégico/consultiva a FUNCEF arcará com o pagamento no valor de R\$ 407,09 (quatrocentos e sete reais e nove centavos) por hora efetivamente trabalhada pela Sociedade.
- 9.4 Poderá haver, ainda, em casos específicos e previamente acordado entre as partes, outras modalidades de pagamento que a prestação de serviços exija ou mesmo que seja economicamente mais vantajosa para a FUNCEF
- 9.5 Para esse pagamento específico e diferente dos descritos no item 9.2 e 9.3, será necessária aprovação da instância responsável, de acordo com a política de alçadas da Fundação.
- 9.6 Os pagamentos serão realizados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente a ser mantida pela Sociedade Contratada junto à Patrocinadora (CAIXA), mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente aos serviços efetivamente realizados/efetivados, nos termos estabelecidos no contrato.
- 9.7 Os honorários de sucumbência a serem fixados em decisão transitada em julgado ou fixados em decorrência de composição de acordo, serão rateados na seguinte proporção: 50% (cinquenta por cento) para os Advogados Internos da FUNCEF e 50% (cinquenta por cento) para a Sociedade selecionada desde que patrocine a causa do início ao fim.
- 9.8 Em caso de honorários de sucumbência decorrentes de processos iniciados por outros profissionais terceirizados, cujas demandas sejam sucedidas por uma outra sociedade de advogados, estabelece-se, desde já, que deverá ser observada a regra da proporcionalidade por cada uma das sociedades (sucuida e sucessora) quando da realização do pagamento dos valores arbitrados ou acordados, se for devido, prestigiando-se a atuação de cada uma durante a vigência de cada um dos processos, nos moldes do estatuto da OAB.
- 9.9 A regra de proporcionalidade referente aos 50% da Sociedade selecionada, considerará os dias trabalhados pelas sociedades de advogados que conduziram o processo, a data do ajuizamento da ação judicial, assim como a data efetiva da liberação dos valores, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução/cumprimento de sentença.



10 DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 10.1 A vigência do Credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogável a critério da FUNCEF, e terá início a partir da publicação do TPC no sítio da Fundação.
- 10.2 Os interessados poderão apresentar a documentação, com vistas ao Credenciamento, até a data estabelecida no preâmbulo do TPC.
- 10.3 Ao término do período informado, a próxima oportunidade para o Credenciamento de interessadas, se houver, será divulgada mediante publicação na internet, sítio da FUNCEF.
- 10.4 A qualquer tempo a Fundação poderá suspender, revogar ou encerrar o Credenciamento.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 A divulgação pela FUNCEF, neste documento, do tipo de serviço, quantitativos mínimos e máximos possíveis e tabela de remuneração por hora, não caracteriza nenhum direito ou expectativa de faturamento por parte das Sociedades de Advogados habilitadas, não cabendo à FUNCEF o ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de proponentes, ou pelo fato de o faturamento mensal da contratada não atingir os níveis por esta pretendidos.
- 11.2 A participação no presente Credenciamento implica a concordância, por parte da Sociedade de Advogados, com todos os termos e condições do TPC e deste documento, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas, operacionais e técnicas da FUNCEF aplicáveis à contratação, que vierem a ser disponibilizados, e à execução dos serviços que tenham sido disponibilizadas à Sociedade de Advogados.
- 11.3 As Sociedades interessadas arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de sua documentação.
- 11.4 Para o desenvolvimento das atividades relativas à execução do objeto do presente regramento, as Partes observarão o regime legal de privacidade e proteção de dados pessoais estabelecidos pela Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”), realizando todo e qualquer tratamento de dados pessoais que se fizerem necessários ao seu desenvolvimento, em observância aos ditames da referida Lei.
- 11.5 No caso de a Sociedade de Advocacia habilitada não ter mais interesse em participar do banco de credenciados, poderá solicitar o seu

15/16



descredenciamento, por meio de comunicação formal à FUNCEF, sendo dispensada a justificativa.

- 11.6 A FUNCEF não emitirá certidão ou atestado de capacidade técnica para as empresas que nunca prestaram serviço efetivamente para a Fundação.

12 DO FORO

- 12.1 Para dirimir as questões oriundas deste credenciamento e do futuro contrato será competente o foro de Brasília-DF.

Brasília, 09 de janeiro de 2026

Gerência Jurídica - FUNCEF